

Demonstrações Contábeis

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

31 de dezembro de 2025 e 2024

Com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

São Paulo, 24 de setembro de 2026

Aos conselheiros e administradores do

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde – IEPS.

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2025 e 2024** do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde – IEPS.

Atenciosamente

Rafael F. de Freitas Valle
Sócio

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Sócio

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente **4-6**

Anexos:

Balancos patrimoniais

Demonstração do resultado do período

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

32.121.994/0001-90 (Rio de Janeiro)

32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto de Estudos para Políticas de Saúde – IEPS** que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2025**, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da entidade, em **31 de dezembro de 2025**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios ético relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As Demonstrações Contábeis do **Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS** referente **ao exercício de 31 de dezembro de 2024**, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram o relatório **em 17 de dezembro de 2025 sem modificação**.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](#)

📷 [@grupoaudisa](#)

🌐 [/company/grupoaudisa](#)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](#)

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook /audisa.consultores
Twitter @grupoaudisa
LinkedIn /company/grupoaudisa
Globe PORTALAUDISA.COM.BR

do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos o entendimento controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de setembro de 2026

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3

Rafael F.de Freitas Valle
Contador
CRC/SP 270891/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC.: 1SP 187.003/ O- 0
CNAI-SP-1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO
CIRCULANTE				CIRCULANTE
Caixa e equivalentes de caixa	3	735	29	Contas a pagar
Títulos e valores mobiliários	4	10.109.585	9.465.300	Obrigações trabalhistas e sociais
Créditos a receber	5	33.848	58	Recursos para projetos sociais
Doações a receber	6	12.027.449	9.447.875	
		22.171.617	18.913.262	
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE
Doações a receber	6	3.153.432	6.014.661	Recursos para projetos sociais
Imobilizado	7	796.933	843.195	
Intangível	7	-	452	
		3.950.365	6.858.308	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO
				Patrimônio Social
				Superávit/ do Exercício
TOTAL DO ATIVO		26.121.982	25.771.570	TOTAL DO PASSIVO + PL

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações do resultado do período

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Nota	2025	2024
RECEITAS OPERACIONAIS		17.687.971	12.174.711
Com restrições	12	9.220.507	4.677.088
Programas e Projetos Sociais		9.220.507	4.677.088
Sem restrições	12	8.467.464	7.497.623
Contribuições e Doações Voluntárias		8.062.194	7.482.023
Prestação de Serviços		405.270	15.600
CUSTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS		(10.145.031)	(6.824.518)
Atividades Programáticas	13	(10.145.031)	(6.824.518)
RESULTADO BRUTO		7.542.940	5.350.193
DESPESAS OPERACIONAIS		(7.810.151)	(5.519.477)
Despesas com pessoal	14	(5.076.755)	(3.498.808)
Serviços prestados	15	(591.116)	(538.650)
Viagens e estadias	16	(795.296)	(411.804)
Despesas gerais e administrativas	17	(1.120.181)	(897.516)
Depreciação e Amortização	7	(213.361)	(167.231)
Encargos e Impostos	18	(13.441)	(5.468)
Resultado Financeiro Líquido	19	1.342.049	641.490
SUPERÁVITDO EXERCÍCIO		1.074.837	472.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit do exercício	1.074.837	472.206
Resultados abrangentes do exercício	<u>1.074.837</u>	<u>472.206</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.670.952	3.594.482	7.265.434
Incorporação do Superávit 2023	3.594.482	(3.594.482)	-
Superávit do exercício de 2024	-	472.206	472.206
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.265.434	472.206	7.737.640
Incorporação do Superávit 2024	472.206	(472.206)	-
Superávit do exercício de 2025	-	1.074.837	1.074.837
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.737.640	1.074.837	8.812.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.074.837	472.206
Ajustes para reconciliar o superávit ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação/Amortização	213.361	167.231
Superávit do Exercício Ajustado	1.288.198	639.437
(Aumento) Diminuição dos Ativos		
Créditos a receber	(33.789)	30.983
Aumento em Títulos e valores mobiliários	(644.286)	(1.142.743)
Recursos de projetos e parcerias a receber	281.655	(3.135.998)
	(396.420)	(4.247.758)
Aumento (Diminuição) dos Passivos		
Obrigações Trabalhistas, Fiscais e Sociais	203.284	9.567
Contas a Pagar	(2.922)	(37.975)
Recursos para projetos sociais	(924.788)	4.253.654
	(724.425)	4.225.245
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	167.353	616.925
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	(166.647)	(617.248)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(166.647)	(617.248)
(Diminuição)/Aumento de caixa e equivalente de caixa	707	(323)
Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa	29	352
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	735	29
Aumento de caixa e equivalente de caixa	707	(323)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente

Marcelo Alves Caridade
CRC 116408/O-6

1. **CONTEXTO SOCIAL**

O Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), constituído em 10 de outubro de 2018 sob a razão social de Instituto de Estudos da Saúde, teve sua razão social alterada em 1º de julho de 2019, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de seus Associados Fundadores.

O Instituto é uma associação civil sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, Sala 3704, Botafogo, e filial em São Paulo, na Rua Itapeva, nº 286, conjunto 81 a 84, Bela Vista.

O Instituto tem por objeto social a análise do setor de saúde no Brasil, e suas componentes, com vistas a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas relevantes para a área.

O Instituto defende a ideia de que toda a população brasileira deva ter acesso à saúde de qualidade e que o uso de recursos e a regulação do sistema de saúde sejam os mais efetivos possíveis. Defende também que o acesso à saúde respeite o princípio da equidade, tendo o Estado Brasileiro um papel relevante, de natureza distributiva, neste processo.

Atualmente, o IEPS possui quatro eixos de atuação:

1. Produção de pesquisa científica
2. Formulação de propostas de políticas públicas
3. Fortalecimento da gestão pública
4. Promoção de uma Cultura de Saúde

O Instituto também se propõe a ser um espaço de encontro e articulação que facilite e estimule o diálogo franco sobre todos os assuntos relacionados com o sistema de saúde, a pesquisa rigorosa e a coerência na formulação de políticas públicas de saúde.

O Instituto tem o prazo de duração indeterminado e sua dissolução só poderá ser efetuada por meio de decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Em caso de sua dissolução social, os bens remanescentes serão destinados a outra entidade sem fins lucrativos e econômicos, preferencialmente com a mesma finalidade, nos termos da legislação aplicável.

Para administração de suas atividades, o Instituto através de alteração de seu Estatuto em 11 de dezembro de 2025 passou a ter a seguinte estrutura:

- a.** Assembleia Geral, seu órgão soberano, é a reunião dos associados, realizada com a finalidade de deliberar sobre matérias do IEPS.
- b.** Diretoria, órgão responsável pela direção e representação do IEPS. É constituída por 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Pesquisa, 1 Diretor de Políticas Públicas, 1 Diretor Administrativo-Financeiro, 1 Diretor de Relações Institucionais e 1 Diretor de Operações. O mandato da Diretoria é de três anos, permitidas reeleições.
- c.** Conselho Consultivo, órgão de aconselhamento da Diretoria e dos associados fundadores. Composto por no mínimo 3 membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

- d. Conselho Fiscal, órgão colegiado, constituído por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- e. Conselho de Administração, órgão colegiado, constituído por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

1. **BASE PARA PREPARAÇÃO**

a) **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.255/09, NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, alterada e consolidada em 21 de agosto e 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de setembro de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados a valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

b) **Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c) **Uso de estimativas e julgamentos**

Os itens das demonstrações financeiras onde a prática de julgamento pela Administração para determinação do valor de tais itens podem ser considerados mais relevantes referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas.

2. **PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. **Instrumentos financeiros**

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja identificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia seus investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. São medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os montantes de caixa e aplicações financeiras disponíveis em contas bancárias de livre movimentação. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado”.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto possuía os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, obrigações trabalhistas e sociais e recursos para projetos sociais.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

As doações e contribuições recebidas para custeio operacional são contabilizadas em contas de receita, que são divididas em Receitas com restrições e Receitas sem restrições.

Recebimento de recursos com restrições – registram os recursos recebidos, firmados em instrumentos contratuais e destinados às atividades sociais desenvolvidas pelo Instituto. São reconhecidos como obrigação do Instituto perante os doadores e são contabilizados inicialmente no ativo – Doações a Receber e no passivo – Obrigações com Projetos Sociais. As doações têm seu reconhecimento em conta de receita a partir da realização efetiva das despesas com projetos sociais as quais estão vinculadas.

Recebimento de recursos sem restrições – registram os recursos de prestação de serviços e das contribuições e doações voluntárias. As receitas de doações voluntárias variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer ao Instituto. Esses recursos são contabilizados diretamente na conta de resultado, em Receitas Operacionais.

Os valores relativos às doações de recursos internacionais são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio nas datas de início de vigência dos contratos, incorporando as variações cambiais ocorridas até a data do fechamento do balanço.

O reconhecimento das despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluindo operações de *hedge*.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Ganhos e perdas na baixa ou na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2025	2024
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	57 meses	42 meses

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel.

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com vida útil estimada de 5 anos.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. O Instituto não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

g. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Patrimônio Social

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados mensalmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

i. Obrigações, imunidades e isenções tributárias

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Artigo 15 da Lei nº 9532/97 e artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR), usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na fonte.

j. Apuração do superávit ou déficit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A conta bancária é destinada ao recebimento dos recursos das operações da Instituição e à liquidação das despesas correntes, não havendo restrições, bem como bloqueios judiciais para suas movimentações.

Descrição	2025	2024
Caixa e bancos	735	29
Total	735	29

4. **TÍTULO E VALORES MOBILIÁRIOS**

O Instituto possui investimentos financeiros que referem substancialmente a aplicações em Fundo de Renda Fixa, discriminadas a seguir:

Descrição	Cotas em 2025	Cotas em 2024	Vencimento	2025	2024
Itaú - Priv. Exclusive FIC	7.714,69	10.599,67	-	4.138.127	4.973.076
Itaú - CDB Pós fixado	-	332.510,00	14-4-25	-	456.491
Itaú - CDB Pós fixado	3.297.295,00	3.297.295,00	22-3-29	4.051.024	3.543.792
Itaú - CDB Pós fixado	451.857	-	19-3-30	498.935	-
Bradesco - CDB Invest. Fácil	-	-	-	-	533
Bradesco - FIC FI RF	613.956,13	177.829,98	-	1.100.217	278.408
Referenciado DI					
Itaú - 28738-4				87.316	-
Itaú - 98661-3				19.337	-
Título de Capitalização				214.629	213.000
		Total		10.109.585	9.465.300

5. **CRÉDITOS A RECEBER**

O Instituto possui créditos que estão discriminadas a seguir:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a empregados	8.865	-
Adiantamentos a fornecedores	24.983	-
Adiantamentos de despesas	-	58
Total	33.848	58

6. **DOAÇÕES A RECEBER**

Os recursos de doações a receber, destinados à execução das atividades estatutárias e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos no ativo tendo como contrapartida uma obrigação do Instituto perante aos doadores e/ou parceiros (Nota 11). Essas obrigações são reconhecidas nas contas de resultado de acordo com a realização das despesas prevista no contrato firmado.

O Instituto possui doações a receber, divididas em curto prazo e longo prazo, que estão discriminadas a seguir:

Doações a Receber	2025	2024
Curto Prazo	12.027.449	9.447.875
Moeda nacional	5.870.670	5.765.456
Moeda estrangeira	6.156.779	3.682.419
Longo Prazo	3.153.432	6.014.661
Moeda nacional	495.834	3.616.669
Moeda estrangeira	2.657.598	2.397.992
Total	15.180.881	15.462.536

Os valores da tabela acima estão descritos, de forma analítica, na tabela abaixo.

Curto Prazo	2025	2024
Associação Umane	1.420.000	1.350.000
Instituto Betty	72.000	78.125
Fundação José Luiz Egydio Setúbal	-	75.000
Saúde Digital - Johns Hopkins University	43.372	259.712
Instituto Arapyauú	-	462.000
York Unit	1.524.621	1.168.532
Imperial College – Conflict in RJ	-	36.894
Imperial College - Fragmentation	1.796.596	1.394.208
Instituto Lemann	750.000	500.000
JPS – Umane/BNDES/IDIS	2.430.171	2.851.831
Child Mind Institute (CMI)	1.041.380	823.073
Fundação Maria Emília	750.000	-
Imperial College - Racial Inequities	1.750.809	-
ABADHS - Instituto Devive	448.500	448.500
Total	12.027.449	9.447.875

Longo Prazo	2025	2024
Associação Umane	-	1.350.000
York Unit	841.960	1.688.523
Imperial College - Fragmentation	-	709.469
Instituto Lemann	-	750.000
JPS – Umane/BNDES/IDIS	-	1.068.169
Fundação Maria Emília	495.834	-
Imperial College - Racial Inequities	1.815.638	-
ABADHS - Instituto Devive	-	448.500
Total	3.153.432	6.014.661

A continuidade do repasse dos recursos com restrições ao Instituto pelo doador está condicionada à comprovação das atividades realizadas, que é efetuada através do envio da prestação de contas periódica e apresentação das demonstrações financeiras auditadas.

7. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Valor líquido 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciação/ Amortização	Valor líquido 31/12/2025
Equipamentos de Informática	20%	245.141	124.520	-	(80.633)	289.027
Móveis e Utensílios	10%	157.463	40.531	-	(30.480)	167.514
Máquinas e Equipamentos	20%	29.165	1.596	-	(4.990)	25.773
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		411. 426	-	-	(96.806)	314.619
Total Imobilizado		843.195	166.647	-	(212.909)	796.933
Intangível - Software	20%	452	-	-	(452)	-
Total intangível		452	-	-	(452)	-

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel.

O Instituto não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC PME.

8. CONTAS A PAGAR

Descrição	2025	2024
Fornecedores	1.900	4.559
IRRF terceiros PJ (1708)	-	64
CSRF terceiros PJ (5952)	-	199
Total	1.900	4.822

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	2025	2024
Provisão de férias	486.046	282.761
Total	486.046	282.761

10. RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS

O Instituto possui recursos de doações, divididas em curto prazo e longo prazo, que estão discriminadas a seguir:

Descrição	2025	2024
Recursos de doações - curto prazo	13.668.127	11.731.686
Moeda nacional	8.272.742	7.259.872
Moeda estrangeira	5.395.385	4.471.814
Recursos de doações - longo prazo	3.153.432	6.014.661
Moeda nacional	495.834	3.616.669
Moeda estrangeira	2.657.598	2.397.992
Total	16.821.559	17.746.347

Os valores da tabela acima estão descritos, de forma analítica, na tabela abaixo.

Curto Prazo	2025	2024
Associação Umane	2.519.555	1.627.131
Instituto Çarê	2.629	102.218
Instituto Arapyáú	188.814	691.695
Instituto Betty	85.967	79.767
Fundação José Luiz Egydio Setúbal	115.599	191.045
ABADHS - Instituto Devive	1.117.567	1.048.500
Instituto Lemann	979.587	677.430
JPS – Umane/BNDES/IDIS	2.432.815	2.842.085
Fundação Maria Emília	830.209	-
Imperial College - Conflict in RJ	-	65.749
Imperial College - Fragmentation	1.742.246	2.388.831
York Unit	1.270.024	1.040.934
Saúde Digital - Johns Hopkins University	32.324	140.865
Child Mind Institute (CMI)	661.371	701.607
Imperial College - Racial Inequities	1.689.420	-
Google	-	133.829
Total	13.668.127	11.731.686

Longo Prazo	2025	2024
Associação Umane	-	1.350.000
ABADHS - Instituto Devive	-	448.500
Instituto Lemann	-	750.000
JPS – Umane/BNDES/IDIS	-	1.068.169
Fundação Maria Emília	495.834	-
Imperial College - Fragmentation	-	709.469
York Unit	841.960	1.688.523
Imperial College - Racial Inequities	1.815.638	-
Total	3.153.432	6.014.661

11. **PATRIMÔNIO SOCIAL**

O patrimônio social é representado por fundos originados dos resultados anuais e das doações de bens e recursos recebidos, a serem utilizados na consecução dos objetivos sociais do Instituto.

Na hipótese de o Instituto perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial do Instituto deverá ser transferido para outra(s) pessoa(s) jurídica(s) qualificada(s).

O Estatuto Social proíbe a distribuição de quaisquer parcelas do patrimônio social ou do superávit apurado, devendo ser aplicados unicamente na operação do Instituto.

12. **RECEITAS OPERACIONAIS**

Descrição	2025	2024
Associação Umane	1.580.577	1.271.431
Instituto Çarê	449.590	331.377
Imperial College - Conflict in RJ	65.305	90.577
Imperial College - Fragmentation	1.396.235	905.677
York Unit	601.621	667.991
Instituto Arapyau	502.882	232.305
Instituto Betty	144.000	157.253
Fundação José Luiz Egydio Setúbal	225.446	155.505
Saúde Digital - Johns Hopkins University	146.731	177.637
Child Mind Institute (CMI)	1.429.456	589.212
Imperial College - Racial Inequities	61.389	-
JPS – Umane/BNDES/IDIS	1.477.439	9.746
Google	133.829	15.807
Instituto Lemann	447.843	72.570
Fundação Maria Emília	178.731	-
ABADHS - Instituto Devive	379.433	-
Total	9.220.507	4.677.088

As receitas dos projetos são reconhecidas na contabilidade de acordo com a sua execução orçamentária, respeitando seus respectivos saldos.

Abaixo, seguem divisões dos contratos executados durante o exercício, de acordo com sua captação ou vigência.

Contratos finalizados:

Instituto Çarê – 12/2025	449.590
Imperial College - Conflict in RJ – 02/2025	65.305
Google – até 11/2025	<u>133.829</u>
Total	<u>648.724</u>

Contratos em andamento:

Associação Umane – até 12/2026	1.410.691
Imperial College – Fragmentation – até 09/2026	1.396.235
York Unit – até 08/2027	601.621
Arapyau – até 12/2025 ¹	502.882
Instituto Betty – até 06/2026 ²	144.000
FJLES – até 08/2026 ²	175.946
FJLES (Mais SUS) ³ - até 12/2026	49.500
Saúde Digital - Johns Hopkins University – até 12/2026 ⁴	146.731
Child Mind Institute (CMI) – até 12/2027	1.429.456
JPS – Umane/BNDES/IDIS – até 12/2026	1.477.439
Lemann – até 12/2026	447.843
Total	7.782.344

¹ O contrato com Arapyau estava com a conclusão prevista para dezembro de 2025, porém estamos em processo de negociação para extensão.

² Os contratos acima foram renovados por mais um ano em 2025 com os seguintes novos aportes: Instituto Betty E A. Jacob Lafer no total de R\$ 150.200,00 e Fundação José Luiz Egydio Setúbal (FJLES) no total de R\$ 150.000,00.

³ O contrato foi encerrado com saldo remanescente, cuja utilização depende de aprovação do financiador.

⁴ Este projeto finalizou em 2025, porém há saldo a ser utilizado.

Contratos captados em 2025:

Imperial College - Racial Inequities – até 04/2028	61.389
Fundação Maria Emília – até 05/2028	178.731
ABADHS - Instituto Devive – até 08/2027	379.433
Umane – Observatório – até 05/2027	169.886
Total	789.439

Descrição (Recursos sem restrição)	2025	2024
Contribuições e Doações Voluntárias PF	7.060.824	6.471.018
Contribuições e Doações Voluntárias PJ	1.001.335	1.010.566
Prestações de Serviços	405.270	15.600
Outras Receitas	35	439
Total	8.467.464	7.497.623

13. **ATIVIDADES PROGRAMÁTICAS**

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Projetos e Parcerias	832.211	277.375
Eventos	193.317	118.190
Serviços de Terceiros	4.482.097	2.810.292
Despesas com pessoal	4.637.406	3.618.661
Total	<u>10.145.031</u>	<u>6.824.518</u>

As despesas com pessoal relacionadas às Atividades Programáticas referem-se à equipe contratada do IEPS trabalhando diretamente em diversos programas sob gestão do IEPS ligados aos objetivos do Estatuto Social.

14. **DESPESAS COM PESSOAL**

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remuneração	3.071.299	2.113.442
Encargos sociais	804. 187	516.255
Benefícios	1.201.269	869.112
Total	<u>5.076.755</u>	<u>3.498.808</u>

As despesas de pessoal referem-se à equipe contratada do IEPS, inclusive a de Administração do Instituto.

15. **SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS**

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços prestados PF / Encargo Social	9.376	20.794
Serviços prestados PJ	130.911	204.557
Assessoria / Auditoria contábil	123.603	72.280
Assessoria jurídica	75.528	38.782
Serviços de informática	193.338	126.455
Outros serviços prestados	58.360	75.782
Total	<u>591.116</u>	<u>538.650</u>

16. **VIAGENS E ESTADIAS**

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Passagens aéreas	524.008	209.297
Outras despesas de viagens	271.288	202.507
Total	<u>795.296</u>	<u>411.804</u>

17. **DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

Descrição	2025	2024
Aluguel e Condomínio	824.664	668.383
Outras Despesas com Infra Estrutura ¹	106.255	100.915
Outras Despesas Administrativas	189.262	128.218
Total	1.120.181	897.516

18. **ENCARGOS E IMPOSTOS**

Descrição	2025	2024
Taxas	13.441	5.468
Total	13.441	5.468

19. **RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

Descrição	2025	2024
<u>Receita Financeira</u>		
Receita financeira	1.647.731	997.219
<u>Despesas Financeiras</u>		
Imposto de Renda sobre Aplicação Financeira	(238.536)	(262.225)
Despesas com IOF	(14.230)	(13.248)
Outras Despesas Financeiras	(52.916)	(80.256)
Total	1.342.049	641.490

20. **INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

A Administração do Instituto procede a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo. A consistência desse valor justo é revisada pela Administração.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Instituto está sujeito a risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais. Os valores de caixa e equivalentes de caixa em instituição financeira apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos:

Descrição	2025	2024
Caixa e Bancos	735	29
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.109.585	9.465.300
Créditos a receber	33.848	58
Doação a receber - CP	12.027.449	9.447.875
Doação a receber - LP	3.153.432	6.014.661
Total	25.325.049	24.927.923

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é sempre ter liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

(iii) Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

21. **PARTES RELACIONADAS**

São partes relacionadas do Instituto os Associados Fundadores, os Diretores, os membros do Conselho Consultivo.

Membros da Diretoria – O Estatuto Social do Instituto possui previsão para remunerar os membros da Diretoria por sua atuação e pela prestação de serviços específicos.

Conselho Consultivo e Conselho Fiscal - conforme determina o Estatuto Social, os membros dos conselhos consultivo e fiscal não são remunerados. Assim sendo, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

22. **PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam reclamações trabalhistas contra o Instituto classificadas como perda provável e/ou possível que requeresse provisão para contingências.

23. **COBERTURA DE SEGUROS**

A Administração da Entidade mantém cobertura de seguros para os bens e riscos que julga mais relevantes e entende que os montantes contratados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de suas operações.

Seguradora	Tipo de Cobertura	Vigência
Porto Seguro	Rua Lauro Muller, 116 – sala 3704, Botafogo – Rio de Janeiro/RJ	28/10/2025 a 28/10/2026
Garantias contratadas		Valor
Incêndio, explosão e fumaça		R\$ 600.000,00
Danos elétricos		R\$ 70.000,00
Perda de aluguel		R\$ 27.000,00
Subtração de bens		R\$ 50.000,00
Responsabilidade Civil		R\$ 50.000,00
Equipamentos		R\$ 100.000,00

Seguradora	Tipo de Cobertura	Vigência
Porto Seguro	Rua Itapeva, 286 – conj 81 a 84, Bela Vista – São Paulo/SP	12/05/2025 a 12/05/2026
Garantias contratadas		Valor
Incêndio, explosão e fumaça		R\$ 2.500.000,00
Danos elétricos		R\$ 50.000,00
Perda de aluguel		R\$ 150.000,00
Quebra de vidros		R\$ 20.000,00

24. **EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Administração da Instituto de Estudos para Políticas de Saúde declara que, até a data de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2.025, não ocorreram eventos subsequentes que possam impactar de maneira relevante sua posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações ou a continuidade dos negócios

Miguel de Ouro Preto Corrêa do Lago
Diretor Presidente

Marcelo Alves Caridade
Contador
CRC/RJ 116408/O-6